

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMARAGIBE: SENTIDOS ATRIBUÍDOS À GESTÃO EDUCACIONAL

Elisama de Lima Bezerra¹
Priscilla Carolina Lopes da Costa²
Danyella Jakelyne Lucas Gomes³

Resumo:

O presente trabalho teve por objetivo geral analisar o processo de formulação e implementação do Plano Municipal de Educação Camaragibe-PME Camaragibe (2015-2025) de modo a compreender o processo de construção da política educacional em âmbito local e os sentidos atribuídos à gestão educacional. Realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo e adotamos como procedimentos a pesquisa bibliográfica e de campo. Para tal, utilizamos como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada. Delimitamos como sujeitos da pesquisa técnico da secretaria de educação do município e gestores escolares municipais. Concluímos que a formulação do PME Camaragibe ocorreu em consonância com as exigências do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e que os sujeitos reconhecem a importância do referido documento para a condução da política de educação no município, pois foi o primeiro plano construído pelos profissionais da educação. Entretanto, algumas dificuldades ainda se apresentam para o cumprimento da meta 19, tais como uma implementação mais efetiva nas escolas no que diz respeito à gestão educacional, uma vez que os sujeitos fazem parte de ações para a escola.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Camaragibe. Implementação. Gestão e Participação.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da temática Política Educacional têm gerado interesse de pesquisadores e estudiosos do campo da pesquisa em educação, por ser esta área estratégica e de suma importância para o desenvolvimento do projeto de sociedade que se deseja para o país. Nesse escopo, percebe-se um aumento das pesquisas dedicadas à investigação de políticas e programas educacionais com vistas à análise dos processos de formulação e implementação.

Ao longo da história da Educação, a temática referida vem ganhando destaque, sobretudo, em função do aspecto relacionado ao planejamento e de sua articulação com políticas de outros setores. Os traços de continuidade e descontinuidade da Política Educacional revelam os avanços e os recuos que a educação nacional atravessa dado os

¹ Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. Email: elisamadelimabezerra@gmail.com

² Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. E-mail: pricarol81@gmail.com

³ Professora Substituta do Departamento de Administração e Planejamento Escolar – Centro de Educação – UFPE. danyellagomespe@hotmail.com

momentos históricos, sociais e econômicos que marcam a sociedade e que impactam a educação.

Nesse sentido, desde a década de 1930, os Planos Nacionais despontam como instrumento norteador da política educacional nacional ao estabelecerem metas e estratégias a serem perseguidas para a oferta de uma educação mais equitativa, democrática e universal. Enquanto instrumento de **planejamento**, o plano tem adquirido caráter regulador das ações a serem desenvolvidas pelos sistemas de ensino ao estabelecer diretrizes e definir modos de ação. E, como instrumento de **gestão**, indicam um caminho para a concretização das ações, orientando as decisões a curto, médio e longo prazo. Possibilitam também a criação de espaços de **participação** e momentos de reflexão, análise, avaliação e ajustes para a (re) condução dos rumos da política como um todo.

No que se refere ao **planejamento**, é possível entendê-lo como “dispositivo organizado pelo Estado vinculado aos interesses de diferentes grupos sociais” (OLIVEIRA e CIPRIANO, 2014, p. 01) e em função dos movimentos de centralização e descentralização característicos do poder central e que acompanha a organização social, política e administrativa do país. Articula-se a esses movimentos o processo e as formas de participação das diversas instâncias da sociedade também nesses períodos históricos na ação de planejar a educação.

Em relação à **gestão educacional**, Vieira (2008) apresenta uma discussão conceitual acerca do termo gestão como sendo a tradução das intenções do poder público por meio de políticas que, ao serem transformadas em prática, se materializam na gestão. Logo, trata-se de um conjunto de ações políticas com diversos objetivos e finalidades para expandir e abarcar os interesses das demandas. É no âmbito da gestão que, conforme a autora, a luta pelos consensos se estabelece por meio da negociação. Ressalta que nem sempre serão contempladas todas as solicitações, mas será de acordo com o que for melhor para todos.

E nessa direção, o presente trabalho teve por objetivo analisar o processo de formulação e implementação do Plano Municipal de Educação de Camaragibe – PME Camaragibe (2015-2025) de modo a compreender o processo de construção da política educacional em âmbito local e os sentidos atribuídos à gestão educacional.

De maneira específica, buscamos: a) caracterizar o processo de construção do PME em Camaragibe; b) analisar o processo de implementação do Plano Municipal de Camaragibe no que se refere à articulação com o Plano Nacional de Educação; c) compreender os sentidos atribuídos pelos gestores no que permeia o PME de Camaragibe no tocante à gestão educacional, a partir da meta 19.

Desta feita, o estudo parte do pressuposto de que a elaboração dos Planos Municipais de Educação em consonância com o Plano Nacional de Educação cumpre com o disposto na legislação educacional maior e sua implementação deve ocorrer em regime de colaboração com estados e União para o planejamento da educação.

Ao realizarmos um breve levantamento acerca das produções acadêmicas no período de 2012 a 2018, percebe-se um crescimento das pesquisas que se dedicam ao estudo dos Planos Municipais de Educação em municípios da região metropolitana do Recife. Identificamos 08 (oito) trabalhos classificados da seguinte maneira: 01 (uma) tese e 02 (duas) dissertações, localizadas no site do Repositório da Universidade Federal de Pernambuco, defendidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UFPE; 01 (uma) dissertação localizada no site do Repositório da Universidade Federal de Juiz de Fora, defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – FACED/UFJF; e 04 (quatro) artigos, localizados na base de dados do Scielo.

Estas pesquisas contribuíram para ampliar nosso olhar sobre o objeto de estudo, pois apresentam elementos significativos e conteúdos pertinentes sobre os processos de implementação dos Planos Municipais de Educação e os desafios para os municípios. Nesse sentido, para fins desse trabalho, destacamos as contribuições dos estudos que mais se aproximam do nosso objeto de estudo dos quais realizaremos um breve relato descritivo dos elementos destacados na tese, dissertações e artigos, respectivamente.

O primeiro trabalho, Oliveira (2017) buscou discutir na tese a temática da universalização da Educação Infantil e sua relação com o Plano Nacional de Educação, por meio de um estudo comparativo dos Planos Municipais de Educação nos municípios pernambucanos de Araçoiaba, Moreno e Recife.

Do mesmo modo, o segundo trabalho de dissertação defendida por Cavalcanti (2018), buscou situar o Ensino Fundamental no âmbito dos Planos Municipais de Educação nos municípios de Araçoiaba e de Ipojuca, de modo a identificar as propostas de planejamento e da articulação intergovernamental para a operacionalização das metas e estratégias para essa etapa de ensino e indicadas em seus respectivos planos.

O terceiro trabalho de dissertação, Mendes (2012) analisou as políticas educacionais do município de Oliveira Fortes, em Minas Gerais, em específico o PME, sua implementação e a participação dos sujeitos envolvidos. Tendo como método o desenvolvimento de estudos documentais e bibliográficos. Concluiu que o envolvimento da comunidade escolar na elaboração da proposta foi importante para a maior clareza das demandas do município ampliando o exercício da cidadania.

Por fim, a última dissertação Silva (2018) apresenta uma análise comparativa, buscando identificar as semelhanças e as diferenças no documento oficial que institui os Planos, nos municípios de Recife e Olinda, tanto um em relação ao outro, como em relação ao próprio PNE. Para tal, toma como base o Plano Nacional de Educação (2014-2024), para então situar como os municípios citados acima tem implementado os seus respectivos planos, buscando compreender os resultados da implementação a partir das realidades das escolas, das redes municipais e das percepções de gestão presentes nos planos e a relação com as ações e práticas dos gestores.

Na sequência, apresentaremos as contribuições referentes às publicações na base de dados do Scielo dos quais destacamos 04 artigos.

Silva e Oliveira (2016) apresentam um apanhado histórico da educação brasileira e destacam notórios avanços nesta área, tais como o surgimento dos Planos Municipais de Educação como instrumento fundamental para o planejamento educacional no âmbito municipal, a contribuição para a inserção de outros aspectos como financiamento, programas governamentais e a ampliação no acesso à escola. Entretanto, apontam que ainda há muito que ser feito, pois evidenciam também a necessidade de voltar ao planejamento para aprimorar aspectos quantitativos e qualitativos. Afirma também que a política pública tem seus entraves como pensar no melhoramento da oferta de ensino público de qualidade, de modo a reduzir as desigualdades sociais no cenário brasileiro. Outro aspecto se relaciona à necessidade de fomentar a participação política visando restabelecer os princípios democráticos.

Silva e Nogueira (2012) enfatizam o Plano Municipal de Educação como importante documento e ferramenta de planejamento fundamental para desenvolver a educação. O artigo discute, através de um estudo de caso, a implementação do plano e como esta contribuiu para a redução de evasão escolar, bem como apresentam dados sobre a implementação do programa de transporte escolar para os alunos, de modo a garantir o direito de acesso e permanência na escola. Entretanto, os autores apontam que, no caso em análise, os gestores tomam decisões sem a participação da comunidade escolar, administram o PME de maneira isolada distanciando-se do que recomenda o documento.

O trabalho de Souza e Alcântara (2017) discute os Planos Municipais de Educação e sua relação com a gestão educacional, uma vez que são ações que não ocorrem de maneira isolada, estão integradas. Para tal, apontam as nítidas desvinculações que existem entre a atuação dos instrumentos de gestão, como os Conselhos Municipais de Educação, e o enfoque que os municípios da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro dão aos planos

municipais. Concluindo que o Plano Municipal de Educação não constitui um instrumento independente e suficiente de gestão.

Por fim, Dias (2017) traz uma discussão acerca da importância do Plano Municipal de Educação e analisa as medidas que são tomadas a partir dele no que se refere à participação da comunidade escolar na elaboração do PME, mostra os avanços que o documento trouxe para a escola com a criação de oportunidades na esfera da Cidade e do Campo no município. Evidencia que existem lacunas para sua melhor efetivação, tais como carência de espaços acessíveis em partes das escolas, profissionais habilitados, mas que a participação da comunidade docente, civil no geral contribui para um avanço gradativo da implementação.

Embora existam trabalhos importantes, algumas lacunas permanecem, sobretudo, no que diz respeito a compreender as **concepções que os gestores têm acerca do Plano Municipal de Educação e como percebem os avanços e os limites após 4 anos de aprovação**, uma vez que a rede de ensino de Camaragibe é um campo de estudo pouco explorado, necessitando de estudos que busquem a compreensão de como o plano é desenvolvido e implementado pelas escolas da rede de ensino.

O estudo justificou-se pela necessidade de aprofundarmos a discussão acerca do processo de implementação dos Planos de Educação em nível local, buscando compreender o percurso de construção dos planos Municipais como instrumento de políticas, sobretudo, no que diz respeito às dimensões do planejamento e gestão da política educacional nos municípios de Pernambuco.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: primeiro discutimos brevemente a trajetória histórica dos Planos Nacionais de Educação e como essa trajetória acompanha o movimento da sociedade. Em seguida, realizamos alguns apontamentos acerca das Políticas Públicas enquanto ação do Estado, abordando conceitos como planejamento, gestão educacional, participação por consideramos pertinente contextualizarmos o objeto de estudo a partir dessas categorias teóricas. Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, os resultados e as discussões. Por fim, traremos as considerações finais.

1. PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO

No que se refere à elaboração e implementação de Planos Nacionais de Educação, Romanelli (2005) aponta que os debates se iniciam ainda na década de 1930, sob influência das ideias do Manifesto dos Pioneiros da Educação, o qual trazia em seu escopo a necessidade

de se pensar a educação nacional pública, laica e gratuita, bem como um todo organizado e de funcionamento sistêmico. Ao olharmos para a construção histórica dos planos de educação, percebemos como essa construção está relacionada com a configuração social do país em cada momento histórico.

Com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, no primeiro governo Vargas, inicia-se um movimento que coloca a educação no centro do debate, como setor responsável por promover a integração e desenvolvimento econômico e social do país. A partir desse entendimento, as primeiras iniciativas para tornar a educação uma via de acesso para o desenvolvimento pretendido ocorreu por meio da criação de leis com caráter de Reformas Educacionais, como a de Francisco Campos, que objetivava fomentar um projeto nacional de educação. Nesse contexto, a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), ainda na década de 1930, foi o marco para a condução desse projeto, visto que a este órgão cabia o papel de elaborar e formular o primeiro plano nacional para a educação o qual contaria com o estabelecimento de metas para a educação em todo o território nacional.

Tal tarefa foi marcada por conflitos e disputas de dois grupos de vertentes ideológicas distintas: os pioneiros – com ideais progressistas defendiam a formação crítica, influenciados pela concepção escolanovista, e os representantes da igreja católica – grupo conservador que, desde a chegada dos portugueses, direcionavam as escolas no país por meio de uma formação tradicional e religiosa. A elaboração de um plano capaz de unificar a educação no país era o desafio a ser perseguido pelo CNE e, dada a configuração marcada por disputas ideológicas, o esforço de estabelecer diretrizes que atendessem à nova configuração do país, mais urbano e industrial, bem como as particularidades regionais, dada a dimensões geográficas.

Ao passo que a organização social muda, a legislação também muda. A Constituição de 1934 introduz mudanças significativas em todos os setores do Estado e, no que se refere à educação, os princípios progressistas e de educação pública, gratuita e laica, originárias no Manifesto dos Pioneiros, permanecem no texto legal e se constitui como ideal a ser buscado nos anos que se seguem. Foi nesse sentido que a discussão acerca da elaboração de um plano nacional para a educação, entendido como planejamento e diretriz a ser seguido no âmbito nacional, vão se estabelecendo.

Vale ressaltar que a gênese dos Planos de Educação pensados em função de um projeto social mais abrangente, iniciado em 1930, sofre influência do contexto histórico e social vivenciado no país, ora aparecendo na legislação como prioridade, ora sendo suprimido. Tal movimento revela como a sua construção é marcada por disputas e conflitos de

grupos ligados, ou não, à educação, e isso revela que a educação é também um projeto em disputa por ser ela instrumento para redução das desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

No que concerne à atualidade da discussão, a temática acerca da formulação e implementação dos Planos Nacionais de Educação ganha força a partir da década de 1990, com o movimento de reforma do Estado e das reformas dos sistemas de ensino, agora sob a égide da nova Constituição Federal de 1988, promulgada no período de redemocratização após mais de duas décadas de regime militar, define no artigo 214 o estabelecimento e a aprovação de um plano decenal que contemple diretrizes para os diversos níveis, etapas e modalidades da educação “com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988, p. 125).

Tal entendimento ganha robustez com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9394/1996, acrescenta que cabe à União, em regime de colaboração com estados e municípios, a tarefa de elaborar, executar, organizar e coordenar os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação enquanto política pública para o alinhamento das ações e funcionamento sistemático da educação nacional, bem como a definição de metas e estratégias para a sua concretização. Após a publicação da LDBEN dois planos foram elaborados para atender aos preceitos legais: o PNE (2001-2011), que com suas 200 metas tornou-se uma carta de intenções (AZEVEDO, 2014); e o PNE (2014-2024), agora com 20 metas e respectivas estratégias.

Segundo Azevedo (2014) pensar a educação a partir da perspectiva de plano é compreendê-lo como instrumento de políticas públicas, uma vez que representa a expressão do planejamento objetivando o alcance de metas estabelecidas. Para a autora, planejar significa selecionar diretrizes, estratégias, técnicas e modos de agir, bem como implica um processo de reflexão, debates e análise de opções que orientam as decisões a curto, médio e longo prazo. São meios de reagir a condições consideradas insatisfatórias e volta-se para a busca de mudanças na realidade social. Em outras palavras, é uma fotografia do momento, mas não pode ser considerado algo estático, mas como instrumento de reconstruções, redirecionamentos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: ESFERA DE ANÁLISE

Os estudos acerca das Políticas Públicas têm buscado compreendê-las em função da ação (ou não) do Estado para com determinado setor, bem como para o projeto de sociedade

que se deseja alcançar (AZEVEDO, 1997). Nesse sentido, as políticas públicas acompanham a dinâmica da própria ação do Estado na sociedade. Antes de avançarmos na discussão acerca das políticas públicas, de modo especial, aquelas destinadas à educação, cabe destacar, inicialmente, algumas considerações acerca do conceito de Política. Bobbio (1998) afirma que Política:

significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo política se expandiu graças à influência da grande obra Aristóteles, intitulada política, que deve ser considerado como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de governo com a significação mais comum de arte ou ciência do governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (p. 954).

A discussão conceitual desenvolvida pelo autor baseia-se em uma concepção clássica do termo Política, resgatando a origem etimológica da palavra com a obra “Política”, de Aristóteles. Inicialmente, a palavra é associada ao significado de arte ou ciência de governar considerando a função do Estado e as mais variadas formas de governo. Por algum tempo, o termo passou a ser associado às atividades humanas no que se refere às coisas do Estado, seja de forma descritiva ou reguladora da e pela ação do Estado, até ser substituído por expressões como Ciência do Estado.

Corroborando com esta ideia, Arendt (1992) afirma que Política se baseia no fato da pluralidade dos homens, ou seja, se faz necessário uma conjuntura maior de mobilização e de envolvimento por parte de todos. A autora descreve ainda que política é algo libertador e liberdade de vida, como fenômeno social, da diversidade e da convivência entre os diferentes, mas também considera as dimensões econômica e cultural em seu contexto histórico. Para a autora, a existência do homem na política acontece na relação entre os homens, bem como no que se refere aos direitos iguais que os mais diferentes garantem a si mesmos.

De uma maneira geral, podemos concluir que a visão dos autores se aproxima quando apontam que a Política se pauta nos interesses dos sujeitos para a vida em sociedade de modo que não se refere, com exclusividade, à referência do Estado, mas sim pelas questões voltadas para a sociabilidade, como espaço comum próprio para a criação de regras, para a convivência dos acontecimentos da vida em sociedade. Além disso, o espaço político é o espaço da ação, do que é comum a todos no agir.

Nesse sentido, nos remetemos à definição de política de Rodrigues (2011) que sintetiza os conceitos abordados acima. Para o autor:

A política é uma tentativa de resolução não violenta das disputas, que ocorre no âmbito do Estado e baseia-se em regras definidas. Graças a ela,

estabeleceu-se a exclusividade estatal do uso da violência, que passou a ser entendida como legítima. Graças a ela foi possível para o sociólogo alemão Max Weber definir o Estado como “o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um território”. (RODRIGUES, 2001, p. 06)

As políticas públicas para dado setor emergem a partir dos problemas da coletividade, são tensionadas pela sociedade e consideramos que as análises devem permitir compreender como tais políticas são produzidas, o que elas pretendem e quais são os seus efeitos, uma vez que acompanha o movimento e as influências históricas do cenário político, econômico e social. Compreender o desenvolvimento das políticas sociais – e educacionais, é entendê-las como resultado das tensões e disputas entre as forças sociais.

2.1 Política Educacional: apontamentos conceituais

Nesse sentido, feitas as considerações iniciais acerca do termo Política, recordamos o pensamento de Vieira (2008) acerca da definição de política educacional. A autora afirma que “*Política Educacional* (assim, em maiúsculas) é um campo, da Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as *políticas educacionais* (agora no plural e em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas [...]”. (p. 22 – grifos nosso).

A primeira forma, **Política Educacional**, diz respeito ao campo da Ciência Política que se dedica ao estudo da política no âmbito educacional, ou seja, das políticas educacionais em sua execução. Já a segunda forma, **políticas educacionais**, refere-se à execução, isto é, às ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado no âmbito educacional.

Para a autora, as políticas educacionais, podem ser interpretadas de várias maneiras, com intenções diferenciadas no quesito educacional, pois envolvem muitos passos ou etapas, que em sua origem, costumam expressar respostas do poder público a demandas sociais diversas. Algumas das políticas se direcionam a todos, outras se destinam a segmentos específicos, como é o caso da educação, que tem largo alcance e envolve muitas dimensões e atores.

Dessa forma, podemos compreender que os Planos Municipais de Educação, no âmbito do planejamento em esfera micro, correspondem a um conjunto de ações, metas e estratégias para se pensar e planejar a educação por um período de tempo estabelecido, e que requer atuação de sujeitos diferentes para sua execução. Nesse caso, representa segundo a definição de Vieira (2008) um conjunto de ações destinadas a resolução de um problema da coletividade a ser solucionado com ações de curto, médio e longo prazo.

Conforme afirma Azevedo (2014, p. 03), podemos entender o plano, no sentido geral, conceitual como um “conjunto de informações sistematizadas por meio das quais princípios, objetivos, metas e estratégias apresentam as políticas que devem ser estabelecidas visando atingi-los”. O ponto alto específico deste PNE (2014-2024) tem como finalidade reduzir a enorme defasagem que o Brasil tem em relação aos países desenvolvidos numa área estratégica para o desenvolvimento social e econômico: a educação.

De uma maneira geral, por um lado, podemos concluir que os debates em torno da temática de Políticas Educacionais têm proporcionado reflexões acerca, principalmente, dos processos de planejamento e de gestão da educação, seja em nível macro ou em nível micro, de modo que essas dimensões são fundamentais para a compreensão da formulação e implementação das políticas públicas educacionais.

Por outro, as pesquisas mais recentes sobre planejamento e gestão educacional têm direcionado um olhar analítico para os processos de formulação e implementação do Plano Nacional da Educação - PNE (2014-2024) e de sua articulação com os Planos Municipais e/ou Estaduais de Educação, tendo em vista a exigência legal de que estados e municípios também estabeleçam metas e diretrizes para a educação em seus âmbitos de atuação para o período de uma década.

2.2 - Dimensões da Gestão Educacional: breves considerações acerca da meta 19 do Plano Municipal de Educação de Camaragibe (2015-2025)

No âmbito da gestão da educação, buscamos em Vieira (2008) um aporte teórico pertinente para essa discussão uma vez que a autora apresenta o conceito de gestão como sendo uma maneira de materializar as intenções do poder público e de tradução em políticas ao serem transformadas em práticas. Logo, trata-se de um conjunto de políticas com diversos objetivos e finalidades para expandir e abarcar os interesses das demandas; a autora ressalta que nem sempre serão contempladas todas as solicitações, mas a gestão se configura em função do que será acordado, do que for melhor para todos.

A autora ainda acrescenta que a gestão educacional é pautada pelos princípios da própria gestão pública que são: o **valor público**, que diz respeito à intencionalidade das políticas; as **condições de implementação**, como sendo as condições de operacionalização das políticas; e as **condições políticas**, sendo estas relacionadas à negociação entre os pares.

Nesse sentido, Vieira (2008) apresenta duas dimensões da gestão: a primeira refere-se à *gestão educacional* como sendo as ações e/ou os processos que se desenvolvem em **nível**

macro, relacionada à gestão dos sistemas de ensino no qual as iniciativas são desenvolvidas pelas diferentes instâncias do governo, bem como as responsabilidades sobre a oferta de ensino ou de ações em áreas específicas de atuação.

A outra dimensão diz respeito à *gestão escolar*, que ocorre em **nível micro** e é apontada pela autora como a gestão que ocorre no âmbito dos estabelecimentos de ensino, trata das ações e das atribuições sob a abrangência da escola. De forma relevante, este âmbito se relaciona com os documentos que, por sua vez, são responsáveis por estabelecer diretrizes e um melhor funcionamento da gestão educacional.

Ao âmbito público, compete fomentar condições de implementação das ações de acordo com as necessidades de cada dimensão; já nas condições políticas, deve existir uma flexibilização entre a gestão educacional e a gestão escolar, pois é nesta que ocorrem as participações em prol de avanços educacionais. Conforme afirmam Silva e Santos (2018):

O conteúdo do PME traz em seu documento metas e estratégias que objetivam proporcionar uma gestão democrática e participativa, propiciando a criação de espaços de diálogos entre instituição, família e comunidade, sugerindo melhorias em termos de participação social e qualidade educacional. (p. 03)

Para as autoras, o princípio da gestão democrática é o norte a ser perseguido, conforme indicações do Plano Nacional e do próprio Plano Municipal. Entretanto, tal princípio se configura como um desafio que pudemos identificar logo nas primeiras aproximações com o campo empírico, uma vez que a indicação política para gestor escolar ainda se constitui como a principal forma de ingresso para o cargo de gestão escolar.

Partindo do que afirma a estratégia 19.8 do PME, “Promover o preenchimento dos cargos de diretores escolares no município, por meio de eleições diretas, curso para gestor, seleção, análise de currículo, por um mandato de 2 anos, podendo ser reeleito apenas uma vez.”(CAMARAGIBE, 2015, p.21), durante a pesquisa de campo, ~~observamos~~ **percebemos** que esta orientação ainda não é efetivada, pois em Camaragibe constatamos que o ingresso ao cargo se dá através de indicações e todos os entrevistados mostraram ciência dos fatos, mas afirmaram que na rede de ensino ainda é uma luta da categoria para que seja implementada a eleição conforme preceitua o documento ora analisado.

2.3 Poder, Planejamento e Participação: elementos para análise do caso de Camaragibe

Em consonância, outra categoria que se apresenta ao estudarmos gestão educacional, é a de poder que, para Sousa (2018):

Está vinculado a dominação exercida por uma autoridade (individual ou coletiva) sobre um determinado grupo ou população, tanto do ponto de vista discursivo como por meio de um conjunto de práticas, estratégias e mecanismos, os quais podem ser realizados por meio de coerção, manipulação e persuasão. (2018, p.189).

Botler (2010), afirma que a gestão, seja ela municipal ou uma gestão escolar, precisa estar preparada para desafios como hierarquia, burocracia, técnica e etc., e tentar de maneira cordial resolver o que fica melhor para todos. Através do diálogo, dos valores, das características culturais, de maneira crítica, argumentativa e reflexiva. Portanto, são muitos os desafios e tensões que a educação enfrenta permanentemente, em busca de um aperfeiçoamento a ser alcançado.

Em 2011, o documento publicado pelo Fórum Nacional de Educação trouxe um histórico de como a questão do planejamento vem se delineando no Brasil desde a década de 1930 tomando como referência o Manifesto dos Pioneiros. O planejamento pode ser concebido

Historicamente em nosso país, o planejamento educacional compôs uma forma de exercício do controle, por parte do Estado, sobre a educação, cujo ápice se observa durante o regime militar. Os anos que marcaram esse período produziram sucessivos planos, dos quais resultou uma intensa burocratização do sistema escolar. (SOUZA, 2005, p.01).

Desta feita, se fez necessário que o ato de planejar seja entendido como mecanismo de organização do que antes era aleatório e, por conseguinte, a gestão orientada pela perspectiva democrática seja praticada com a participação e comunicação dos gestores municipais e escolares, bem como pelos professores e demais segmentos da comunidade escolar do município.

Corroborando, no que se refere ao planejamento no âmbito das unidades escolares, o referido documento do Fórum acrescenta que este “caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho.” (SOUZA, 2005, p. 03).

No tocante à **participação**, esta surge com papel fundamental, pois Libâneo (2001) conceitua da seguinte maneira “a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. (LIBÂNEO, 2001, p.79). Ressaltamos, a partir do relato dos entrevistados, que ao longo do processo de construção do PME Camaragibe esta participação ocorreu através de conferências e dos estudos do plano com todos os que formavam a comunidade escolar.

3. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMARAGIBE: CARACTERIZANDO O CAMPO DE ESTUDO

O processo de construção do PME Camaragibe (2015-2025) teve início na gestão o então prefeito Jorge Alexandre, do Partido Socialista Democrata Brasileiro - PSDB, para atender a demanda e exigência do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Para que o município conseguisse avançar no quesito educação de qualidade abarcando todas as etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, sendo as duas primeiras as etapas de atuação prioritária do ente municipal.

A fase de elaboração contou com a participação de professores, técnicos da secretaria de educação, assessores da Undime⁴, representantes da sociedade civil e do sindicato de professores nas reuniões de estudo nas escolas e na Conferência Municipal de Educação para deliberação e aprovação. Sendo encaminhado para aprovação na câmara de vereadores em 22/06/2015.

Embora iniciado na gestão do então prefeito Jorge Alexandre, o PME Camaragibe (2015-2025), enquanto política educacional e dada a sua duração decenal, tem suas ações implementadas ao longo da gestão do Prefeito Demóstenes Meira, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, fato que demonstra sua dimensão política, porém, apartidária. Tal fator pode ser entendido como um avanço, mesmo que o cenário político atual não contribua para a sua plena efetivação, sobretudo, no que se refere ao financiamento educacional, em função da

⁴ A União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, é uma entidade sem fins lucrativos, que atua desde 1986 com a missão articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação no sentido de colaborar para formulação, promoção e acompanhamento das políticas educacionais. Possui parceria com diversas instituições como a Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Natura, dentre outras. (fonte: <https://undime.org.br>)

Emenda Constitucional nº 95, que congela os investimentos públicos em educação por um período de 20 anos.

Dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife, Camaragibe possui Produto Interno Bruto per capita de R\$ 9.506,73. Possui aproximadamente 144.466 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do último censo demográfico. As principais atividades econômicas são a prestação de serviços e o setor comércio.

Grande parte da população atendida nas escolas da rede de ensino municipal é urbana, residentes nos arredores das unidades de ensino. A rede de ensino comporta um total de 11 mil estudantes, distribuídos nas etapas de atuação prioritária desse ente federado – educação Infantil e Ensino Fundamental, em 29 escolas conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Quantitativo de escolas por etapa no município de Camaragibe

Quantitativo \ Etapas	Educação Infantil	Ensino Fundamental – Anos iniciais	Ensino Fundamental – Anos finais
29	05	23	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Camaragibe

As escolas de Educação Infantil oferecem turmas de creche e pré-escola, atendendo ao público infantil na faixa etária entre 0 e 5 anos vale ressaltar que no censo não se obtém estes dados separados. Para essa etapa, o município foi contemplado com o programa Proinfância, que visa à reestruturação das creches e pré-escolas com a construção de novas unidades, bem como aquisição de equipamentos para as unidades já existentes.

As escolas de Ensino Fundamental oferecem turmas dos Anos Iniciais e Anos Finais, conforme quadro 1, atendendo ao público na faixa etária entre 6 e 10 anos e de 11 aos 14 anos, respectivamente. Para essas etapas, o município foi contemplado com os programas PNAIC, Acelera e Programa Mais Educação. Vale ressaltar que o público fora dessa faixa etária também é atendido pela rede municipal em turmas de Educação de Jovens e Adultos.

No município existem 18 escolas de Ensino Médio, sendo todas de responsabilidade da rede estadual de ensino. No total, 6.114 cerca de estudantes frequentam o Ensino Médio inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

No que se refere ao quadro de docentes, a rede de ensino possui atualmente 387 atuando nas etapas indicadas, sendo 333 efetivos e 54 por meio de contratos temporários, cuja seleção que ocorre através de processo simplificado.

3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento dessa pesquisa delimitamos o estudo por meio da abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (2011):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ele se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (p. 21-22).

A pesquisa qualitativa é um processo de investigação que nos auxiliará na busca dos sentidos atribuídos pelos líderes municipais à gestão educacional, tornando relativo nosso conteúdo de pesquisa, dando fluidez ao nosso processo formativo no município de Camaragibe - PE, para compreensão dos possíveis impactos causados no processo de construção do PME – Camaragibe. Nesse sentido, desenvolvemos a pesquisa pelo viés qualitativo uma vez que permitirá melhor compreender o universo em estudo.

Nesse sentido, buscamos compreender as políticas públicas a partir de sua perspectiva processual e cíclica, de modo que adotamos como modelo de análise o Ciclo de Políticas, uma vez que nos permitiu compreender a política a partir de suas nuances nos momentos da formulação e da implementação. Tais momentos correspondem às etapas das Políticas Públicas.

Para fins desse trabalho, nos alinhamos à definição proposta por Secchi (2013) o qual aponta a descrição a partir de etapas da formulação e restringe “o modelo às sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formulação da agenda, 3) formulação de alternativas, **4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção**”. (p. 43).

Para um breve entendimento do ciclo das políticas públicas nessa pesquisa, escolhemos as fases da *tomada de decisão* – entendido como o momento no qual se define qual política entra na formação da agenda e que considera os interesses e a atuação de diversos atores; *da implementação* – que consiste colocar em ação as ideias postas no texto da política, é o momento no qual a política é (re) significada e interpretada pelos agentes executores, e *da avaliação* – que se configura como momento para ajustes e (re) definições, como possibilidade de reflexão das ações colocadas em prática na fase anterior.

Com o desenvolvimento deste trabalho, percebemos que a **fase de implementação** apresentou-se como de fundamental importância para a garantia dos objetivos da pesquisa seja no que diz respeito à caracterização do processo de construção do PME Camaragibe, bem

em relação aos sentidos atribuídos pelos sujeitos ao referido plano. Foi nesta fase que as nossas análises demandaram um olhar mais criterioso, uma vez que pudemos compreender como os sujeitos recebem a política, como a interpretam e como a ressignificam no interior da prática gestora, seja no âmbito macro como no micro.

Para tal, fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental na perspectiva adotada por Lakatos (2003):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. Até meios de comunicação orais: Rádio, gravações em fita e áudios visuais: filmes e televisão. (p. 183).

Esse tipo de pesquisa nos forneceu subsídios para escolhas das fontes e das técnicas necessárias para fundamentar o objeto de estudo embasar e dar consistência ao artigo. Logo, realizamos levantamento de dados sobre a rede de ensino municipal de Camaragibe, tais como: quantidade de escolas e de professores.

Desse modo, definimos como campo empírico a Secretaria Municipal de Educação, em especial três escolas da rede municipal de ensino, que ofertam turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Infantil. Os sujeitos da pesquisa foram 1 técnico da secretaria de educação do município 3 gestores escolares que se enquadraram nos seguintes critérios:

- ter, no mínimo, 5 anos de efetivo exercício em atividades relacionadas à área de gestão e/ou de ensino na rede municipal de ensino;
- ter participado do processo de elaboração do PME Camaragibe (2015-2025).

Em função das condições do campo, o gestor municipal foi substituído por uma técnica da secretaria de educação, indicada pelo gestor executivo como pessoa responsável e mais apropriada para prestar as informações que necessitávamos. Desse modo, os sujeitos foram assim identificados: Técnica da Secretaria Municipal de Educação – TSME, Gestor da Escola 1 – GE1, Gestor Escola 2 – GE2 e Gestor Escola 3 – GE3.

Para coleta de dados, utilizamos como técnica a *entrevista semiestruturada* que segundo a autora Minayo define como sendo “a junção da entrevista estruturada e não estruturada.” (p.58), pois combina perguntas do tipo fechadas e abertas e possibilita ao entrevistado possibilidades de resposta mais amplas e pertinentes.

Por fim, foram transcritas, pois nenhum dos sujeitos permitiu a gravação, desta feita mantivemos todas as informações obtidas no campo, a fim de que fossem analisadas uma a uma e também entre si.

Após a coleta de dados, a análise observou a particularidade nas respostas dos entrevistados, buscando entender, a percepção das suas ideias e concepções acerca da elaboração e implementação do PME Camaragibe. Para a atividade de análise utilizamos a técnica de *Análise de Conteúdo* (BARDIN, 1979), por considerá-la adequada ao tipo de pesquisa considerando as etapas da pré-análise, exploração do material e através desses foram selecionadas as categorias adotadas nesse estudo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Para os fins desta pesquisa, foram entrevistados três gestores escolares e um técnico administrativo que participaram do processo de construção do Plano. Os entrevistados têm em média 42 a 55 anos de idade. Todos possuem vínculo de trabalho efetivo com a prefeitura de Camaragibe, ingressaram no serviço público por meio de concurso público e atuam no cargo de gestão desde a implementação do Plano.

O sujeito GE1 é formado em Geografia e possui pós-graduação em Ensino Fundamental, ocupa o cargo de gestor há aproximadamente 06 anos.

O sujeito GE2 é formado em Pedagogia e possui especialização em Administração, ocupa o cargo de professor e acumula a função de gestor da Escola 2 por 14 anos.

O sujeito GE3 é formado em pedagogia não possui curso de especialização, ocupa o cargo de professor e acumula a função de gestor da Escola 3 há 12 anos.

O sujeito Técnico da Secretaria Municipal de Educação – TSME é formado em Artes Cênicas, com especialização em Gestão Escolar, ocupa o cargo de auxiliar administrativo e atua na Secretaria de Educação há 6 anos. Participou do processo de construção do PME como orientador dos estudos nas conferências.

Para fins de organização do texto e do encadeamento de ideias, essa seção está dividida em três tópicos que constituem as fases da política (SECCHI, 2013): tomada de decisão, implementação e avaliação.

4.1 – Plano Municipal de Educação e o momento de Tomada de Decisão

No momento da tomada de decisão são ponderados os interesses dos atores envolvidos, no caso da educação os representantes de diversos membros da sociedade.

Podendo apropriar-se de uma tomada de decisão baseada em análises e estudos no encontro de alternativas mais apropriadas as proposições.

Sobre o processo de formulação do Plano Municipal de Educação em Camaragibe, quando perguntados se participaram os entrevistados responderam positivamente ter participado e que a secretaria de educação esteve à frente promovendo reuniões de estudo para os gestores o que revela que o debate coletivo aconteceu.

Quando perguntamos, **como as metas foram discutidas?** Todos os participantes responderam que ocorreram durante os encontros para estudos sistemáticos e debates das metas. Estas discussões aconteceram em escolas pólos e inicialmente envolveram técnicos administrativos e gestores. Cada gestor se inseria em um grupo de estudo na meta que lhes interessavam e os técnicos lhes davam suportes. Isso evidencia a iniciativa de tornar o debate próximo às escolas viabilizando o acesso direto ao documento que posteriormente viria a ser o norteador da educação do município. Posteriormente, as discussões eram postas para o grande grupo nas escolas e todos participavam, conheciam sobre as metas e as estratégias.

Os dados revelam que esse primeiro momento de discussão “a tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.” (SECCHI, 2013, p.40), uma vez que nessa etapa as decisões são tomadas de forma coletiva e tornadas públicas, de modo que um compromisso é assumido por todos.

No caso em análise, o município cumpriu com a exigência legal e aprovou em 22/06/2015 a Lei Municipal nº 632/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de Camaragibe (2015-2025) o qual estabelece, para um período de 10 anos, metas e estratégias que conduzirão a gestão da política educacional em nível local. Ademais, percebe-se um alinhamento das metas estabelecidas no PME – Camaragibe em consonância com as metas nacionais e as adaptações necessárias (ou não) a realidade local.

O caminho percorrido para a sua aprovação ocorreu do mesmo modo que na maioria dos municípios: contou com a participação de professores e demais profissionais da educação, bem como com a colaboração do sindicato dos professores e da Undime que assessorou na construção das Conferências Municipais. As conferências constituíram-se como espaços de discussão, debate, deliberação e legitimação das propostas. De uma maneira geral, as metas estabelecidas no PNE (2014-2024) foram incorporadas ao PME Camaragibe (2015-2025), sendo ponto das discussões as estratégias que foram adequadas à realidade do município e suas projeções ao longo do período de duração do plano.

Partindo desse pensamento, ressaltamos que essa categoria participação emergiu durante as visitas de campo, uma vez que percebemos como as relações de poder se estabelecem no âmbito local de desenvolvimento do PME, fato evidenciado pela atuação dos atores nos momentos das Conferências Municipais como espaços de participação e de luta pelo poder. De fato, o movimento de discussão, elaboração e aprovação revelou, nas falas dos sujeitos da pesquisa, momentos de tensões e conflitos, próprios da ação participativa. Conforme aponta Sousa (2018), o poder aparece de forma sucinta e contribui para a manutenção das relações de poder dentro da instituição educacional e, sobretudo, nas práticas de gestão.

4.2 – Implementação e os resultados concretos do Plano Municipal de Educação

Segundo Secchi (2013), essa fase corresponde ao momento no qual se define o perfil que as políticas públicas devem ter, vem após a fase de tomada de decisão e precede os esforços avaliativos, considerando que “são nesses arcos temporais que são produzidos os resultados concretos da política pública” (SECCHI, 2016, p. 55). A implementação da política é o momento no qual a política pública ganha materialidade, representa conforme Azevedo (1997) o Estado em ação. Por meio das práticas dos sujeitos que ressignificam e recontextualizam o texto em função das necessidades, desejos e interesses.

Para compreender como ocorre a implementação do Plano Municipal de Educação, realizamos a seguinte pergunta: **Como funciona o processo de implementação do mesmo?**

As respostas se aproximam do que estabelece a estratégia 19.5 que remete a participação e formulação do Projeto Político Pedagógico – PPP. Fica evidente na fala do gestor da Escola 3 a associação que fazem do PME com PPP das escolas e da necessidade de alinhamento de ambos os documentos. Logo, notamos que reconhecem que a implementação da meta e das estratégias é fator central para um alinhamento das ações.

Convocando a comunidade através de reuniões para discutir sobre cotidiano da Escola, como também na construção do PPP. (GE3).

As reuniões propostas na fala desse gestor podem ser um indicativo de que os sujeitos também se articulam para darem continuidade aos espaços de debate, de incorporação dos demais segmentos na discussão. Desta feita, percebemos que a política quando chega no “chão da escola” recebe outros significados o que segundo Secchi (2013) fazem parte desse momento “o processo de implementação são pessoas e organizações, com interesses, competências (técnicas, humanas, de gestão) e comportamento variados.” (p. 46).

Em consonância, ao serem interrogados sobre a meta 19, referente à Gestão Democrática, **Quais as medidas são tomadas para garantir o seu cumprimento?**

Foi implantado, por exemplo, cursos para os conselheiros escolares. (TSME).

Democraticamente as pessoas são convidadas a participarem de tomadas de decisões referentes às ações tomadas na escola, os pais hoje e a comunidade reivindicam os direitos (minoria) há uma divulgação do PPP por parte da gestão para a participação das famílias na construção, foi um ganho a participação dos pais. (GE1).

Vê avanço, pois escutam os gestores, porém não sei se o que falamos é efetivado. Porém há escuta, escuta o professor (participação). (GE2)

Mais participação da comunidade, fortalecimento da gestão, devido ao comprometimento há uma união. Não tem gestora, tudo centralizado na diretora. (GE3)

Notamos que os resultados são entendidos como relevantes para os entrevistados, uma vez que a maioria dos entrevistados apontam como traços da gestão democrática a participação dos sujeitos na tomada de decisão e a atuação dos mecanismos de democratização da gestão, como é o caso dos Conselhos Escolares.

A fala do entrevistado TSME revela que reconhece a importância de estimular a constituição e o fortalecimento dos Conselhos Escolares enquanto mecanismos de gestão democrática, conforme preceitua a estratégia 19.4:

Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo. (CAMARAGIBE, 2015, p.21).

No caso do município de Camaragibe, percebemos que o PME (2015-2025) foi o primeiro movimento de construção de um planejamento educacional alinhado de fato ao Plano Nacional. Iniciado em 2014, quando da aprovação do PNE (2014-2024), o debate acerca do planejamento educacional municipal se inicia com a determinação legal, mas ganha adesão dos diversos setores para formulação coletiva da política educacional local.

Vale ressaltar que o processo de formulação se deu através de um estudo minucioso do documento nacional acerca do que era solicitado enquanto ações de caráter geral para a educação no país para um período de 10 anos, bem como do levantamento das demandas da educação em nível de município, pois anteriormente não existia nenhum documento norteador que desse suporte ao município no quesito educacional.

A Secretaria Municipal de Educação, como órgão competente para desenvolver e conduzir a política educacional no município (VIEIRA, 2008), ficou responsável pelo estudo inicial para o qual os técnicos administrativos foram designados para desenvolverem o estudo das metas em específico e, posteriormente, serem discutidas no âmbito das escolas e compartilhadas com todos os outros segmentos nas Conferências Municipais de Educação, realizadas no município. As conferências constituem uma importante conquista do PNE (2014-2024), por ser um espaço privilegiado e democrático de participação que a sociedade civil dispõe para discutir, acompanhar e avaliar as questões próprias da educação. Nesse espaço, a sociedade pode elaborar, acompanhar e monitorar as ações dos Planos de Educação tanto nacional como municipais. Na ocasião, participaram da conferência os gestores, professores e representantes dos demais segmentos da comunidade.

4.3 – Avaliação: avanços, desafios e sentidos atribuídos

Conforme definição de Secchi (2013), a fase da avaliação de uma política pública ocorre tanto antes como após a implementação, uma vez que a perspectiva cíclica possibilita que ambos os momentos se ajustem para oferecer possibilidades de reflexão e de respostas sobre as ações públicas e demandas outras que a implementação possa ter ocasionado. Para tal, focamos nessa etapa o que os sujeitos falam sobre o que representa avanços e os desafios que se apresentam para a política, bem como os sentidos que atribuem.

Do mesmo modo, ao retomarmos o pensamento de Secchi (2013) compreendemos que é na fase de Avaliação recebemos o “feedback sobre as fases antecedentes” (p.49), ou seja, o que antes foi planejado, implementado hoje é avaliado e concretizado. Esse movimento de avaliação é característico dos modos de análise de políticas na perspectiva cíclica, uma vez que demonstra que tal ação não é um momento estanque, visto que a própria política é dinâmica dada às relações estabelecidas pelos sujeitos que formulam, implementam e avaliam as ações.

Sousa (1987) afirma que “a participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas faces de atividades, é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização” (p.69). Estas participações são nítidas dentro das unidades escolares quando em reuniões promovidas pelos gestores junto com a comunidade escolar conseguem perceber os avanços desta implementação.

Em relação aos entrevistados percebemos que as falas citadas anteriormente se alinham com o que está posto nas estratégias 19.5 e 19.6 visto que traduzem uma intenção de

efetivação da gestão democrática nos espaços escolares por meio do estímulo a participação e a formulação do Projeto Político Pedagógico; e o apoio ao processo de autonomia. Tomando como base as falas e as estratégias acima, conseguimos perceber os avanços, que mesmo com os percalços, são efetivados.

Sobre os desafios, todos os entrevistados mencionaram que o financiamento se apresenta como principal desafio a ser enfrentado pelos municípios para a execução do Plano, nos termos que estabelece a estratégia 19.11. Tal estratégia esta se refere às leis orçamentárias, que por vários motivos afetam o desenvolvimento, por exemplo, da expansão de creches e outros voltados para educação infantil.

Com o objetivo de compreender os sentidos que os sujeitos atribuem ao Plano, fizemos a seguinte pergunta: **Qual o sentido o senhor atribui ao documento PME?** E as respostas foram variadas:

Eu acho muito mais do que um documento, ele é uma carta de intenção, das políticas públicas, ele contribui para o envolvimento de todo mundo no processo, determina a política de Estado não do governo. Antes do PME, o governo fazia o que queria, ele evita a descontinuidade das políticas públicas. (TSME).

A vida da educação! Gostaria que ela fosse levada mais a sério, hoje caímos na mesmice e muita coisa sem ser feita. (GE1)

Precisa existir, sem o plano PME não anda, com ele está ruim sem ele estaria pior. (GE2).

O documento precisa existir e ser mais efetivado, só tem acesso na época das conferências, precisa ter mais efetivação. Precisa ser mais cobrado para estudar mais, documento que norteia 10 anos na meta e pouco conhecimento. (GE3)

Do mesmo modo, Libâneo (2001) afirma que “a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.” (p. 79) e que todos estes esforços fazem parte da gestão, bem como os entes nela envolvidos tem papel fundamental e servem de elemento nessa engrenagem para um melhor funcionamento.

Outro aspecto revelado se relaciona ao entendimento que tem sobre a importância do referido documento para a educação, têm conhecimento da força que o mesmo tem, inclusive mencionam que o PME precisa ser mais efetivado no âmbito escolar. Freire (2003), também nos diz que “Educar é inserir-se como sujeito da sua existência social – histórica, é gerar o pensamento crítico.” (p.31).

Para a maioria, o plano é um documento que representa a vida da educação e da escola, reconhecem a necessidade de ser melhor debatido para não cair no equívoco do passado e se tornar um documento sem efetivação. Os dados revelam também que o plano representa uma forma de garantir que as ações e políticas de educação sejam efetivadas sem descontinuidade, dado o caráter de ser política de Estado e de âmbito nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho pudemos observar que o Plano Municipal de Educação do município de Camaragibe surgiu através de uma exigência do Plano Nacional de Educação, entretanto representou um avanço e tornou-se um marco, pois todos que participaram sentiram-se atuantes como pessoa e cidadão lhes permitindo uma autonomia que é proposta pelo Plano Nacional de Educação, mas que a Secretaria de Educação e os gestores do município só distinguiram quando passaram a formular o seu.

No caso do PME Camaragibe, percebemos que se trata de uma conquista para a educação do município, uma vez que em momentos anteriores todos opinavam e desenvolviam as ações que achassem adequadas, sem critérios definidos, hoje há um distanciamento das práticas do “achismo” e uma aproximação maior com as ações de planejamento e gestão educacionais no município em consonância com as ações de nível nacional, uma vez que tem seu próprio instrumento educacional, construídos por todos da comunidade e profissionais da educação.

Destacamos que para os sujeitos da pesquisa a participação foi o aspecto mais relevante em todo o processo de formulação e implementação do Plano Municipal de Educação de Camaragibe e que apresentam tantos pontos positivos como negativos a pouca divulgação do PME nas escolas. Porém, tais elementos fazem parte do processo educacional, mas que por sua vez não deixam de ser importantes, pois a participação é fundamental para um diálogo saudável e de qualidade.

Compreendemos que quando a proposta é tratada de forma específica, como no caso da forma de trabalho estabelecida pela secretaria de educação, ao escolher a meta a qual lhe apresenta mais interesse, cada gestor assim o faz em função da participação e de suas afinidades com o tema proposto. Isso talvez revele tentativas de levarem os sujeitos a assumirem os compromissos em busca de um enfrentamento do problema, pois, a partir da escolha pode chegar a uma solução.

Dessa forma, os dados sugerem que quando o planejamento passou a ser

compreendido pelos sujeitos como elemento de articulação com a política nacional, bem como instrumento de orientação do trabalho escolar coletivo, o PME Camaragibe assume um caráter amplo para a garantia dos objetivos educacionais, uma vez que a participação coletiva é relevante a fim de construir um plano que atendesse as demandas da secretaria e das escolas, demandas estas que advém da comunidade.

Concluimos, portanto, que a política de educação no município de Camaragibe apresenta avanços significativos, porém ainda há lacunas para se efetivar as estratégias que compõem o Plano. Desta feita, é importante ressaltar o apoio aos debates e as contribuições da comunidade escolar para então avançar e construir uma cidade com indivíduos atuantes, com senso crítico, ciente da sua importante participação no desenvolvimento da educação do município.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **O que é Política?** 3ª Ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AZEVEDO, Jante Maria Lins. **A educação como política pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. Plano Nacional de Educação e planejamento: a questão da qualidade da educação básica. **Revista Retratos da Escola**, vol. 8, n. 15, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70 LDA, 1977.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOTLER, Alice Miriam Happ. Cultura e Relações de Poder na Escola. **Revista Educação e Realidade**. n. 35. vol. 2. p. 187-206. mai/ago 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 17 mai. 2019.

_____. Fórum Nacional de Educação. **O planejamento educacional no Brasil.** 2011. Disponível em: <fne.mec.gov.br/imagem/pdf/nota_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 25/05/19.

CAMARAGIBE. Lei Municipal nº 632/2015, 22 de junho de 2015. **Dispõe Sobre a Adequação do Plano Municipal de Educação de Camaragibe**, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, 25 de junho de 2015.

DIAS, Rodrigues Gennefer. **A Importância do Plano Municipal de Educação para Desenvolver uma Educação de Qualidade**. 2017,2018. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/67276/a-importancia-do-plano-municipal-de-educacao-para-desenvolver-uma-educacao-de-qualidade>>. Acesso em: 23/05/2019.

FREIRE, **Política e Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

OLIVEIRA, Elisângela dos Santos. CIPRIANO, Alessandra Martins Constantino; **O planejamento educacional no Brasil nos séculos XX e XXI: aspectos históricos**. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/ElisangeladosSantosdeOliveira_GT5_integral.pdf Acesso em: 18 mai. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa Social**. Teoria. Método e Criatividade.18 ed.Petropolis: Vozes,2001.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos Da Metodologia Científica**. 5º ed.São Paulo: Editora Atlas S.A,2003.

MENDES, Maria de Fátima. **Plano Municipal de Educação: Implementação e Participação Social**. 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MARIA-DE-F%C3%81TIMA-MENDES-2012.pdf>. Acesso em: 23/05/2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 29 ed. – Petrópolis: Vozes, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**/Leonardo Secchi.- 2. Ed-São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Alex Vieira da. **O Plano Municipal de Educação e sua Repercussão em Escolas Públicas em Recife e Olinda**. 2018. Dissertação. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30009>>. Acesso em: 23/05/2019.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu. NOGUEIRA. Sônia Martins de Almeida. **O Plano Municipal de Educação no Contexto do Desenvolvimento Local e da Cultura da Escola**.2012. Disponível em: < <https://anpae.org.br/website/>>. Acesso em: 23/05/2019.

SILVA, Leandro Vitoriano da. OLIVEIRA. Maria Eliza Nogueira. **O Plano Municipal de Educação: Da Autonomia Construída Á Autonomia Decretada**. 2016. Disponível em : <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25532>. Acesso em: 23/05/2019.

SILVA, Ana Claudia Oliveira da. **O planejamento municipal e as políticas de universalização da educação infantil: um estudo comparativo entre Araçoiaba, Moreno e Recife**. Tese de Doutorado Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2017.

SILVA, Emanuelle Santana da; SANTOS, Ana Lúcia Félix dos. **O Plano Municipal de Educação da Cidade de Camaragibe/PE: analisando o processo de construção e articulação**

das metas com o PNE. Disponível em:

<http://seminariosregionaisanpae.net.br/Atual/1comunicacao/Capitulo01/EmanuelleSantanadaSilva-Eixo1Com.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SOUSA, Luís Carlos Marques. **Cultura Organizacional e Educação**: tematizando desafios e possibilidades. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018. v. 01. 237p.

SOUZA, Donaldo Bello de. ALCÂNTARA, Alzira Batalha. (des) **Vinculação de Planos Municipais de Educação Metropolitanos com outros Instrumentos de Gestão Local da Educação**. Edu: Pesqui São Paulo, V.43,n 3, p.711 726, Julho/Set,2017.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. [et al.]. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, PróReitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR. 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica**: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2008.